

ID: 30

O EXTERNATO NORMAL DA PARAHYBA DO NORTE: entre o ideal e o real

Autor:

Rose Mary de Souza Araújo

Filiação:

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O texto aqui apresentado, resulta de uma pesquisa documental, onde o objeto central foi uma instituição educativa destinada a formação de professoras na Província paraibana no século XIX: o Externato Normal. O objetivo foi o de analisar o processo de formação de professores efetivado no âmbito desta instituição no recorte temporal de 1886 a 1893. O trabalho foi realizado através de três momentos: 1º- revisão da produção historiográfica pertinente a temática e ao contexto sócio e econômico da Parahyba do Norte; 2º- levantamento do corpo documental e o 3º - análise da documentação encontrada. O estudo está assentado nos referenciais elaborados por Thompson (1981), Goodson (1995) e Gramsci (1989). Como expressão de síntese, a Parahyba do Norte, em função de seus condicionantes políticos, não conseguiu estabelecer e consolidar a valorização da formação da professora, tampouco melhorar a qualidade da instrução pública primária. Evidências sugere que o Externato Normal não alcançou as direções e os rumos esperados.

PALAVRAS-CHAVE:

Externato Normal, Formação de Professores, Parahyba do Norte

1. INTRODUÇÃO

A reconstrução histórica das instituições e práticas educativas efetivadas no período oitocentista ainda é um dos desafios da história da educação brasileira. Nesta perspectiva, apresenta-se aqui os resultados de uma pesquisa documental na qual o objeto central foi uma instituição educativa destinada a formação de professoras na Parahyba do Norte no século XIX: o Externato Normal.

O principal objetivo foi o de analisar o processo institucionalização desta instituição no recorte temporal de 1886 a 1893. O início trata da data em se deu a instalação oficial do Externato Normal através da publicação do Regulamento de N° 33 no dia 14 de Fevereiro de 1886¹. O marco final refere-se ao ano em que esta instituição foi convertida em Escola Normal por força do Decreto de N° 7 de 4 de fevereiro do referido ano.

Nos primórdios do século XIX, sob os pressupostos do Iluminismo francês, intensificaram-se os debates e as medidas vislumbrando uma nova organização estrutural e pedagógica da escola primária com vistas a sua expansão. Para tanto, em nível mundial, foi posta a necessidade da formação de professores através de uma instituição específica. A Escola Normal foi o modelo de formação mais difundida para cumprir essa missão.

No interior da historiografia acerca da realidade educacional brasileira, revela que tanto a institucionalização das escolas normais quanto o processo de formação de professores nas diversas províncias brasileiras no século XIX, foi crivado por uma diversidade de características, a saber: um longo processo de instabilidade e de fragilidade, ou seja, de criação, extinção e de recriação simultâneas; o reconhecimento social tardio; uma organização estrutural e curricular diversificada; um currículo de caráter generalista e enciclopédico, em detrimento de uma formação de base pedagógica.

No caso da Parahyba do Norte, a primeira Escola Normal, denominada de *Viveiro de Preceptores*, foi instalada oficial em 1885, com a finalidade de promover a formação pedagógico-profissional de professores de ambos os sexos (ARAÚJO, 2010). No ano seguinte, com o intuito de dar uma nova feição a formação docente, o presidente provincial Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho sancionou o Regulamento de N°. 33 no dia 14 de Janeiro de 1886. O referido regulamento converteu a Escola Normal em Externato Normal com base nos argumentos de que a organicidade daquela instituição apresentava alguns equívocos e incongruências que exigiam correções imediatas com vistas a melhoria da qualidade do ensino primário. Ressalta-se que o contexto de época era dinamizado através de uma estrutura oligárquica alicerçada nas práticas clientelísticas e patrimonialistas, articulada com o projeto nacional modernizador e civilizador.

¹ Este regulamento foi publicado na íntegra pelo *Jornal da Parahyba* do dia 14/02/1886. Jornal encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

O trabalho foi realizado através de três momentos. O primeiro momento privilegiou uma revisão da produção historiográfica pertinente a temática e ao contexto sócio e econômico da Parahyba do Norte. O segundo refere-se ao levantamento do corpo documental, tais como: leis, decretos e regulamentos locais e nacionais acerca da formação de professores, produção jornalística, os relatórios dos diretores da instrução pública paraibana e os relatórios e mensagens dos presidentes provinciais paraibanos disponibilizados no sítio eletrônico do *Brazilian Government Serial Documents Digitization Project*².

O último momento tratou-se da análise da documentação encontrada. O desafio foi realizar um diálogo entre as fontes documentais e os elementos conceituais a partir da seguinte diretriz metodológica: articulação do singular com o geral no esforço de encontrar os nexos intrínsecos, as peculiaridades locais e ao movimento histórico da educação brasileira e paraibana em sua totalidade. Essa articulação permitiu a apreensão e construção do conhecimento histórico mais aproximado do processo de institucionalização do Externato Normal no período de 1886 a 1893.

O trabalho está assentado no materialismo histórico argumentado por Thompson (1981). Assim considerou seus referenciais interpretativos tanto sobre a lógica histórica quanto do papel dos documentos, das evidências na compreensão do movimento histórico. De Goodson (1995), o seu entendimento acerca do currículo enquanto construção social em nível da prescrição e de Gramsci (1989) tomou-se alguns elementos conceituais no sentido de entender as forças sociais em jogo na Parahyba do Norte e suas intenções de normatizar e efetivar a formação de professores no Externato Normal.

2. EXTERNATO NORMAL: O IDEAL DA FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS

Quando assumiu a presidência da Parahyba do Norte, Antonio Herculano Bandeira Filho sancionou a Lei Nº. 799 em 06 de Outubro de 1885, que o autorizava a reformar a instrução pública e o ensino normal. Em seu Relatório de 1886, enfatizou que a instrução pública primária na Província, permanecia na mesma situação de precariedade. Deixou registrado que a causa primordial do seu desmoronamento residia no fato do poder público local, por questões pecuniárias, não ter investido no curso normal. Esta instância, há muito deveria ter envidado esforços para habilitar os professores com conhecimentos técnicos e científicos necessários para um melhor desempenho das atividades instrucionais inerentes ao ensino primário. Ponderou que todo e qualquer esforço neste ramo de ensino na conjuntura de então, era inútil e ineficaz caso não priorizasse a formação docente através de conhecimentos teóricos e práticos no campo da pedagogia.

² O acervo foi digitalizado pelo *Latin American microform Project (LAMP)* do *Center for research libraries (CRL)* da Universidade de Chicago.

Nada espero do ensino primário que actualmente se distribue na provincia; reputo inutil qualquer melhoramento, que demande esforço por parte do professorado. Os professores não tiveram escola; não acham vantagem em servir com enthusiasmo logar tão ridiculamente remunerado; não tem estímulo de futuro na profissão.

É preciso formar professores para as nossas escolas, já que não podemos melhorar o estado presente da classe. É, pois, para o Externato Normal que cumpre de preferência voltar a atenção. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1886, p. 27).

Bandeira Filho enfatizou que o Regulamento de N.º. 30 de 1884 que deu organicidade a Escola Normal, cometeu alguns equívocos e incongruências que exigiam correções. Os equívocos foram: misturar o ensino normal com o ensino secundário; a divisão da escola normal em dois graus; a falta de um diretor próprio e a criação de duas escolas normais uma para cada sexo. Estes aspectos foram tomados como justificativas relevantes para elaborar um novo modelo de formação docente na Parahyba do Norte. Assim se expressou:

[...] era inconveniente a mistura do ensino secundário com o normal. O primeiro é o complemento da educação primária; abrange os conhecimentos indispensáveis para as profissões ou artes liberaes. [...] O ensino normal, porém, no que concerne ao professorado, tem intuitos próprios, como os tem o ensino agrícola, o ensino mecânico, ou qualquer outro que prepare para uma profissão. É então a prática da profissão o que determina a natureza do ensino e sua orientação.[...]

A antiga escola normal carecia de direcção apropriada; seu director era o próprio director geral da instrucção, o qual, como é intuitivo, não lhe podia consagrar a necessária atenção. Recahia, pois, a inspecção do ensino sobre a professora da escola annexa.

Repugnou-me a idéa da escola normal mixta; não tem produzido bons resultados, nem conseguiu a consagração da experiencia. [...] O ensino primário é função menos propria do homem do que da mulher. Ella sabe melhor comprehender a índole das creanças e fazer-se dellas estimada; tem o dom de ministrar o ensino, e inspirar obediencia pelos meios suasorios, sem recorer de continua ás repressões e rigor. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1886, p. 23, 24 e 26).

Com bases nestas observações foi organizado o Regulamento de N.º. 33, tornando-o público no dia 14 de janeiro de 1886. No seu Art. 1º foi determinado que:

A Escola Normal do 1º grão, creada pelo Regulamento 30 de 30 de julho de 1884 é convertida em Externato Normal para o sexo feminino, tendo este por preparar

professoras para as Escolas Publicas Primarias da Provincia. (Jornal da Parahyba, 14/01/1886, grifos nossos).

O seu idealizador, Bandeira Filho acreditava que a “*feminização*” do magistério, proporcionaria a formação de um quadro docente feminino capaz de atender as necessidades e exigências da instrução especificamente destinada às crianças no cotidiano das escolas primárias.

Entretanto, ao instituir a formação docente exclusivamente da clientela feminina, revelou uma contradição com a realidade existente, uma vez que o corpo docente da instrução pública primária era composto, na sua maioria por homens (ARAÚJO, 2010, p. 197). Com efeito, o Regulamento de N.º. 33 de 1886 de um lado deixou de fora a maioria do professorado que satisfatoriamente ou não, vinha exercendo o magistério público primário em quase toda a província. Por outro lado, em função dos aspectos valorativos que predominavam na sociedade da época, buscou legitimar a presença feminina no magistério, ou seja, a *feminização* do magistério.

Nesse novo formato legal, no Art. 3º foram estabelecidas as condições para o ingresso das candidatas à formação normalista³, a saber: 1) - aprovação no exame de admissão nas matérias de instrução primária; 2) - idade mínima de 15 anos⁴ comprovada através da certidão; 3) - comprovante da taxa de matrícula; 4) - atestado de vacina; 5) - atestado de bom comportamento expedido pelo vigário e pelo subdelegado da localidade da requerente.

Com a compreensão de que os currículos em nível da prescrição são construídos a partir dos condicionantes sociais e políticos de uma determinada conjuntura (GOODSON, 1995), o Regulamento de N.º. 33 de 1886, estabeleceu um programa de ensino que possivelmente tenha dado suporte a formação das professoras para as escolas públicas primárias da Parahyba do Norte, no período de três anos. O Quadro 1 sintetiza os saberes que foram prescritos no mencionado regulamento.

1º ANO
DISCIPLINAS
Português
Matemática
Desenho
Música
Ginástica
Religião

³ As condições impostas são similares às das escolas normais francesas quase na mesma época. (GONDRA, 2007, p. 72).

⁴ No edital de convocação para inscrição no Externato Normal, enfatizou que a idade mínima era de 13 anos conforme acordado em assembleia. Este Edital publicado no *Jornal da Parahyba* do dia 15/01/1887, encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

Trabalhos de agulha
2º ANO
Português
Matemática
Geografia
Elementos de ciências físicas e naturais
Desenho
Música
Ginástica
Trabalhos de agulha
3º ANO
História
Elementos de ciências físicas e naturais
Pedagogia
Trabalhos práticos

Quadro 1 | Programa do ensino do Externato Normal em 1886

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir das informações contidas no Art. 2º do Regulamento de N.º. 33 de 14 de Fevereiro de 1886.

Do conjunto dos saberes prescritos acima, em função de algum componente de ordem moral, preconceituosa e até mesmo do desconhecimento da sua importância para o desenvolvimento físico saudável e para o cuidado com o corpo, a disciplina ginástica foi censurada, rechaçada por alguns setores da sociedade paraibana.

Infelizmente tão errônea concepção nutrem muitos acerca do ensino da gymnastica ao sexo feminino, que foi ella objecto de ridiculo, não sei si por ignorancia, ou por mera leviandade. Resta-me a convicção de que no futuro, os proprios censores hão de reconhecer a inconsistencia de seus comentarios. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1886, p. 27).

A situação criada em torno da disciplina de ginástica reforça o pensamento acerca da relação entre as atividades educativas que são desenvolvidas nas instituições escolares com as representações ideológicas e com os princípios morais que transitavam o contexto social da época. Goodson (1995) mostra que a tessitura social influencia demasiadamente na inclusão ou não de alguns saberes no programa escolar, ou seja, é determinante para a programação do fazer pedagógico no âmbito institucional.

Portanto, em linhas gerais, assim foi instituído o Externato Normal com vistas a preparar exclusivamente professoras com o propósito de melhorar a qualidade do ensino primário local. Nesta perspectiva o Regulamento de 1886 modificou o programa de formação, elevando para três anos o tempo de preparação das futuras normalistas. A mudança circunscrita, garantia no final do curso o diploma de

professoras como credencial necessária para o provimento nas escolas públicas primárias de ambos os sexos, sem ter que submeter-se a concurso.

3.EXTERNATO NORMAL: O REAL DA FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS

A documentação disponibilizada mostrou que o Externato Normal começou a funcionar inicialmente com um quadro docente e pessoal em conformidade com o estabelecido no Art. 27º do Regulamento de 1886. Explorando o Relatório elaborado por Bandeira Filho em 1886, aquele quadro⁵ ficou composto da seguinte forma: um Diretor e Professor de Pedagogia: Dr. Eugenio Toscano de Brito; um Professor de Portugues: Dr. Maximiano José Inojosa Varejão; um Professor de Matemáticas: João Hamilton; um Professor de Geografia: Comendador Thomaz de Aquino Mindello; um Professor de Elementos de Ciências Físicas e naturais: Dr. Eugenio Toscano de Brito; uma Professora de Religião: Anna Carolina de Paiva Lima; uma Professora de Música: Alcyra Etelvina Gomes; um Professor de Desenho: Dr. Ernesto Augusto da Silva Freire; uma Professora da Escola Anexa: Maria Amélia Peixoto da Silva Jurema; um Secretário: Antonio José Henriques Sobrinho; uma Inspetora: Francisca Herminia de Carvalho e Silva; um Bedel e Porteiro: Joaquim Pessoa.

O corpo docente, em sua maioria foi composto por *lentes* vinculados ao Liceu Paraibano. Com exceção dos professores Eugenio Toscano de Brito e Ernesto Augusto da Silva Freire também desta instituição, permaneceram os que já vinham lecionando na extinta Escola Normal. O Externato Normal contou com mais duas professora novatas, a de Religião e de Música. Coube a professora responsável pela Escola Anexa, Maria Amélia Peixoto da Silva Jurema, a ministrar as disciplinas de Trabalhos de Agulha e Prendas Domésticas. Ressalta-se que o cargo de diretor foi vinculado com a função de professor da disciplina de Pedagogia

O material pesquisado mostrou que a composição do seu quadro docente inicial, deu-se num clima de grande tensão e conflito político entre as lideranças locais e, até mesmo entre representantes de um mesmo grupo, sugerindo que o Externato Normal se constituía num instrumento estratégico para os interesses políticos adversos. O caso da nomeação de Eugenio Toscano de Brito – liberal – foi a mais conflitante e polêmico, pois Francisco José Rabello, também membro do grupo liberal, achava que tinha direito sob a disciplina de Pedagogia. A partir daí foi travada uma verdadeira batalha deste para assumir a referida disciplina.

Quanto as discentes que buscaram o curso de formação docente no Externato Normal, pertenciam a grupos sociais distintos. Comparando os sobrenomes dos gestores públicos e de outras pessoas que exerceram cargos públicos, professores e

⁵ O professor da disciplina de História não foi indicado pelo fato da mesma ser ministrada apenas no terceiro ano. Quanto ao de Ginástica, conforme correspondência publicada no *Jornal da Parahyba* do dia 19/03/1886, foi nomeado o médico Adolfo Elysio da Costa Machado, que através desta, recusou a nomeação. Jornal encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

outros⁶ com os das alunas⁷, boa parte destas pertenciam as elites e possivelmente as denominadas camadas médias da sociedade paraibana. As outras, conforme matéria jornalística eram provenientes dos grupos menos favorecidos economicamente, constituindo-se em maioria que vinha compondo o corpo discente.

Corpo de almnas do externato normal representa a classe mais pobre da nossa sociedade. [...] as alumnas que alli acham-se matriculadas são quase todas, senão todas, paupérrimas, filhas de artistas e de viúvas que lutam com toda sorte de diversidade.(Gazeta da Parahyba, 22/12/1888)⁸.

Em função dessa diversidade, a finalidade do curso normal que era proporcionada no Externato, revelava a sua dualidade, aumentando, portanto o hiato entre as camadas populares e as elites locais. Esta dualidade foi explicitada pelo gestor Germiniano Brazil de Oliveira Góes, da seguinte forma:

As moças pobres, conquistadas a posse da carta de normalista, tem em perspectiva a preferencia do magisterio, além da satisfação intima de haverem enthesourado grande copia de saber; as ricas gosarão sempre desta ultima vantagem, que mais tarde sera de grande manancial de novos beneficios para a educação da familia, pela qual serão responsaveis perante Deus e a sociedade. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1887, p. 49).

Portanto, para as primeiras, enquanto maioria, ficou reservada a profissão do magistério enquanto instrumento que poderia favorecer o sustento familiar. É interessante registrar que esta profissão não gozava do reconhecimento social e pecuniário. Para as moças de origem nas elites dominantes locais, estava a garantia do *status* social, a possibilidade de um casamento “promissor”. Este aspecto enfatizado pelo então gestor, sugere que o Externato Normal ao lado de formar professoras – profissionais para o exercício do magistério – tinha como função preservar a distinção social que caracterizava a realidade paraibana da época

As informações disponibilizadas revelam ainda que a inclusão do sexo feminino no processo de profissionalização docente no Externato Normal, gerou um clima tenso, conflituoso e até mesmo de rejeição de alguns segmentos da sociedade paraibana. A relação entre homens (professores) e mulheres juvenzinhas (alunas) num mesmo espaço físico era vista de forma “promíscua e perniciosa”. Possivelmente a questão ideológica acerca do universo feminino de época, tenha influenciado para o desprestígio daquela instituição na época em questão.

Em seu relatório datado de 1887, Eugenio Toscano de Brito queixa-se da imprensa dado sua persistência em atribuir valores e concepções moralistas e equivocadas a

⁶ Dentre outros sobrenomes: Cavalcante de Albuquerque, Pessoa, Toscano, Pereira Freire, Carvalho Franco, Gouvêa Monteiro, Carneiro Cunha e Coelho.

⁷ Os nomes das alunas encontrados foram aqueles publicados nos jornais de época por ocasião dos exames finais realizados pelo Externato Normal.

⁸ Jornal localizado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

formação normalista, reforçando cada vez mais a rejeição do Externato Normal pela sociedade local.

Os defeitos organicos da nossa sociedade, que difficilmente se acostuma com innovações, como só ella chama as ideias utilitarias, o injustificavel escrupulo de mandar-se para um estabelecimento d'esta natureza moças em seu completo desenvolvimento, como se fosse instruindo-se que ellas facilmente se desviassem do caminho justo e do honesto, a erronea e pernicioso theoria, tão arraigada entre nos de que a mulher precisa somente saber ler e escrever, e que o seu lugar é em casa, no aconchego da familia, a maledicencia ativada vilmente contra este estabelecimento e que infelizmente tem repercurtido as columnas livres de impressos levianos e sem critério, fácil e desejosa, quem sabe, em dar guarida a taes columnias, como uma válvula pelo mallogro de direitos adquiridos, tudo isso parece-me concorrer efficaçmente para a indifferença com que tem sido acolhida pela nossa população hummanita instituição⁹.

O gestor provincial Germiniano Brazil de Oliveira Góes também reclama da pouca importância e do desrespeito que a sociedade paraibana vinha concedendo ao Externato Normal, ou seja, a formação normalista destinada apenas ao sexo feminino.

[...] tem o direito de confiar que o bello sexo parhybano, quebrando preconceitos anachronicos e errôneos, aos olhos das doutrinas hodiernas, pague-lhe o honroso tributo de ampara-lo. (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1887, p. 48-49).

Apesar das situações adversas que o Externato Normal enfrentava junto a sociedade paraibana, sobretudo o não reconhecimento e credibilidade quanto aos seus serviços educacionais de formar jovens normalistas, constata-se que matrículas foram efetivadas. Na verdade, – Quadro 2 – um número pouco significativo de moças, buscaram a formação docente para o magistério público primário.

Em que pese as situações que o Externato Normal enfrentou, pode-se observar ainda as dificuldades material e de reconhecimento pelo poder público. Este priorizou os interesses políticos e econômicos em detrimento da instrução pública nos níveis da formação de normalistas e do ensino primário.

ANO	QUANTIDADE
1886	23
1887	18
1888	27
1889	40
1890	49
TOTAL	157

⁹ Manuscrito encontrado na Caixa 65B do Arquivo Público Waldemar Bispo da Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

Os demais fatores concorreram para a não consolidação do Externato Normal idealizado por Bandeira Filho. Assim, cogita-se que o novo modelo estrutural e pedagógico de formação docente não conseguiu profissionalizar adequadamente as professoras para o exercício do magistério, tampouco mudou a situação precária, de atraso do ensino primário, ora considerado como “pontos luminosos da civilização”.

A quantidade de normalistas formadas desde a instalação da Escola Normal em 1885 – Quadro 3 – é um forte indício de que tanto a valorização da professora quanto a profissionalização para o magistério ainda não havia alcançado os patamares esperados, bem como foi insignificante com relação ao número de ingressantes.

ANO	QUANTIDADE
1888	4
1889	2
1890	2
1891	2
TOTAL	12

Quadro 3 | Número de alunas formadas no Externato Normal

Fontes: Quadro organizado pela autora a partir dos dados encontrados: Parahyba do Norte, Relatório, 1888; jornal *Gazeta da Parahyba* [25, 27 e 28/11/1888 e 02/03/1890] e jornal *Estado da Parahyba* [07/03/1891]

Importa registrar que as normalistas formadas encontraram dificuldades quanto a sua nomeação. Ao examinar documentos oficiais¹¹ e uma matéria publicada no jornal *Gazeta da Parahyba* do dia 21 de dezembro de 1888, constata-se que essas normalistas foram nomeadas e logo em seguida, suspensas pelos gestores paraibanos. Na verdade, as matérias jornalísticas revelam a ingerência política no âmbito das instituições escolares. A medida que os gestores cancelavam as nomeações das normalistas eram contratadas nos seus lugares pessoas sem a titulação que exigida por lei.

[...] as professoras diplomadas por elle, não podem ser preteridas em seus direitos que alias a lei cercou de garantias e o provimento as cadeiras vagas por quem requer em nome de titulo scientifico. [...] a nomeação representação para aquella que recebe a conquista de um direito.

¹⁰ Estes dados foram organizados pela autora a partir dos seguintes documentos: Relatório de 1887 elaborado por Eugenio Toscano de Brito; PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1887; *Gazeta da Parahyba*, dias: 22, 23, 26, 28 e 30/11/1889 e *Gazeta da Parahyba* do dia 18/04/1890. Ressalta-se que de 1891 até 1893, não foram encontrados documentos que indicassem os números de matrículas efetivadas no Externato Normal.

¹¹ Diversas Portarias encontradas na Caixa 04 do Arquivo Público Waldemar Bispo, na Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

[...] Digo o Exmo. Sr. Dr. Pedro Correa, digo publico, digão as alumnas do externato normal que vêem assim perdidas, para o fim que tinha em vista, os trabalhos do presente e frustradas as esperanças do futuro.

[...] se aquelas causas que apontamos não forem sufficientes para determinar a extinção do Externato, inutil como instituição normal, a força ultima é tal que fechara de vez suas portas. (Gazeta da Parhyba, 22/12/1888).

Cumpre destacar que o Art. 6º do Regulamento de 1886 que institucionalizou o Externato Normal, garantia o direito ao provimento no ensino primário com a condição de ser possuidora do diploma de normalista. Assim foi preconizado o direito das normalistas:

As normalistas que completarem o curso obterão o diploma de professoras, e poderão ser providas nas cadeiras públicas de ambos os sexos independentemente do concurso, cabendo preferência as que alcançarem melhor grau de aprovação.

Ressalta-se, que além da influência do patronato político local, este resultado concorreu para a efetivação de nomeações de pessoal não qualificado para o exercício do magistério primário. A partir de alguns documentos oficiais¹², verificou-se que até o ano de 1894 foram nomeados 29 professores do sexo masculino para as escolas primárias sediadas nas cidades pequenas da província.

Esses embaraços e tropeços quanto ao funcionamento do Externato Normal, certamente não modificou o ensino primário conforme o esperado. Permaneceram as mesmas condições precárias tanto do ponto de vista estrutural quanto técnico-pedagógico. Assim foram caracterizadas as escolas primárias paraibanas:

É deploravel e vergonhoso o estado de nossa educação publica, toda de resultado negativo.

[...] o ensino faz-se em uma sala immunda, de acanhada capacidade, tendo por unicos moveis uns velhos bancos de madeiras e duas ou tres mezas nas mesmas condições. [...] Quanto a parte instructiva [...] inassimilaveis regras e definições da grammatica e da arithmetica do velho Castro Nunes [...]. (Verdade, 14/12/1889)¹³.

[...] lamentavelmente é o estado de nossas escolas primarias e múltiplos são os defeitos que as deturpam, desde a carencia de habilitações profissionaes do pessoal docente destituídos de orientação moderna [...] até os edificios escolares que estão longe de satisfazer os requisitos de estabelecimentos para tal fim. (Verdade, 23/04/1890, grifos nossos)¹⁴.

¹² As portarias foram encontradas no Arquivo Público Waldemar Bispo, na Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

¹³ Jornal encontrado no Arquivo dos Governadores – Fundação José Américo de Almeida.

¹⁴ loco citato.

O corpo documental da pesquisa apresentou evidências de que o Externato Normal não conseguiu cumprir com o que foi idealizado: formar professoras habilitadas com conhecimentos científicos e pedagógicos modernos com vistas a promover uma nova feição a instrução pública primária da Parahyba do Norte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação consultada, de um modo geral, forneceu indícios significativos de que a organização e instalação do Externato Normal assentada na “*feminização*” do magistério, não foi consolidada e fortalecida na Província da Parahyba do Norte. Diversamente do que fora planejado, idealizado, a inclusão do sexo feminino no processo de profissionalização docente no Externato Normal, gerou um clima tenso, conflituoso e até mesmo de rejeição por alguns segmentos da sociedade paraibana. Aquele espaço educativo idealizado e normatizado para a formação das professoras configurou-se em um campo de batalha, de luta política entre as duas facções existentes. Contou ainda com a falta de interesse do poder público. Observou-se que cumpria basicamente três funções: formar professoras para as escolas públicas primárias, preparar as moças oriundas da elite para um casamento promissor e atender às pressões e interesses políticos de setores da facção oligárquica que estava no poder.

Portanto, como expressão de síntese provisória, o Externato Normal dentro do recorte histórico investigado, não produziu os resultados esperados em função dos condicionantes políticos e econômicos da sociedade paraibana. A formação pedagógica e o exercício do magistério das normalistas não foram devidamente reconhecidos e, em consequência a qualidade da instrução pública primária, não alcançou as direções e os rumos esperados. Percebe-se um grande hiato entre o ideal e a real na instrução pública na Parahyba do Norte.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Rose Mary de S. (2010). **Escola Normal na Parahyba do Norte:** movimento e constituição da formação de professores no século XIX. João Pessoa: Tese de Doutorado. Disponível em <https://bdtd.biblioteca.ufpb.br/>.

ARAÚJO, José Carlos Souza [et al.], (orgs.). (2008). **As escolas normais no Brasil:** do império à república. Campinas, São Paulo: Alínea.

BOTO, Carlota. **A Escola do homem novo:** (1996). entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo.

GONDRA, José Gonçalves. (2007). Exercício de comparação: um normalista da Corte na Europa. In: MIGNOT, Ana Chrystina V. e GONDRA, José Gonçalves (orgs.). **Viagens pedagógicas.** São Paulo: Cortez, p. 65-89.

GOODSON, Ivor F. (1995). **Currículo: teoria e história**. Trad. Attílio Brunetta. Petrópolis: Vozes.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. (1989). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KRAPIVINE, V. (1986). **O que é o materialismo dialético?** Moscovo: URSS, Edições Progresso.

LEWIN, Linda. (1993). **Política e parentela na Paraíba**. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record.

LOPES, Sonia de Castro & CHAVES, Miriam W. (orgs.). (2012). **A História da Educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.

MELLO, José Baptista de. (1956). **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial.

NÓVOA, Antonio (coord.). (1992). **Os professores e a sua formação**. Trad. Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José Antonio Tavares. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional.

PINHEIRO, Antonio Carlos F. (2002). **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco.

THOMPSON, Edward Palmer. (1981). **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores,

RELATÓRIOS E FALAS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE

PARAHYBA DO NORTE. (1886). Falla com que o exm. sr. dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, presidente da provincia, abriu a primeira sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de agosto de 1886. Parahyba do Norte, Typ. Liberal, 1886. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 17/04/2014.

_____. (1887). Falla com que o exm. sr. dr. Geminiano Brazil de Oliveira Góes, presidente da provincia, abriu a segunda sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 3 de agosto de 1887. Parahyba do Norte, Typ. do "Jornal da Parahyba," 1887. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 17/04/2014.

_____. (1889). Relatorio com que o exm. sr. dr. Francisco de Paula Oliveira Borges passou a administração da provincia ao exm. sr. dr. Pedro Francisco Correa de Oliveira em 9 de agosto de 1888. Parahyba, Typ. d'O Pelicano de J. Seixas, 1889. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em 17/04/2014.

LEGISLAÇÃO

Regulamento do Externato Normal de N.º. 33. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 14 Jan. 1886. Localizado no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Relatório da Diretoria do Externato Normal por Eugenio Toscano de Brito dirigido ao Presidente Provincial, em 27 de junho de 1887. Caixa 65B do Arquivo Público da Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

ARTIGOS DE JORNAIS

Parte Oficial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 14 Jan. 1886.
Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 23 fev. 1886.
Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 26 fev. 1886.
Parte Oficial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 02 mar. 1886.
Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 02 mar. 1886.
Parte Oficial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 19 mar. 1886.
Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 06 abr. 1886.
Editorial. *Jornal da Parahyba*. Anno XXV, Parahyba do Norte, 07 abr. 1886.
Ainda o correspondente da “Provincia”. *O Publicador*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 06 abr. 1886.
Editaes. *Jornal da Parahyba*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 15 jan. 1887.
Lei N. 845 de 6 de Dezembro de 1887. *Jornal da Parahyba*. Anno XXVI, Parahyba do Norte, 09 dez. 1887
Nomeações. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 07 set. 1888.
Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 25 nov. 1888.
Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 27 nov. 1888.
Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 28 nov. 1888.
Externato Normal II. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 21 dez. 1888.
Externato Normal III. *Gazeta da Parahyba*. Anno I, Parahyba do Norte, 22 dez. 1888.
Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, N.º. 450, Parahyba do Norte, 22 nov. 1889.
Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, N.º. 451, Parahyba do Norte, 23 nov. 1889.
Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, N.º. 452, Parahyba do Norte, 24 nov. 1889.
Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, N.º. 453, Parahyba do Norte, 26 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, N°. 455, Parahyba do Norte, 28 nov. 1889.

A Monarchia, que finda e a Republica que começa. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, N°. 455, Parahyba do Norte, 28 nov. 1889.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno II, N°. 457, Parahyba do Norte, 30 nov. 1889.

Instrucção Publica. *Verdade*. Anno II, N°. 201, Parahyba do Norte, 14 dez. 1889.

Instrucção Publica. *Verdade*. Anno III, N°. 304, Parahyba do Norte, 23 abr. 1890.

Externato Normal. *Gazeta da Parahyba*. Anno III, N°. 527, Parahyba do Norte, 02 mar. 1890.

Externato Normal. *Estado da Parahyba*. Anno II, N°. 182, Parahyba do Norte, 07 mar. 1891.

Externato Normal. *Estado da Parahyba*. Anno II, N°. 183, Parahyba do Norte, 08 mar. 1891.